



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ  
PROCURADORIA JURÍDICA

---

---

**LICITAÇÃO**

**PARECER JURÍDICO Nº 465/2021**

**Referência:** Processo nº 8/2021-055

**Motivo:** 1º Aditivo De Revisão de Valor (Realinhamento) dos contratos nº 20210776 e 20210777.

**Origem:** Pregão Eletrônico SRP

**Contratada:** FERNANDES E SANTOS TRANSP. E COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA

**Objeto:** Fornecimento De Combustível, Destinados Aos Veículos Em Transito (Tucuruí/Tailândia/Belém E Tucuruí/Goianésia/Jacundá/Marabá) De Propriedade Da Prefeitura E Secretaria Municipal De Saúde

**RELATÓRIO**

Trata-se de análise da possibilidade de aditamento de revisão de valores contratados, para o realinhamento contratual dos seguintes contratos nº 20210776 e 20210777, cujo objeto é : Fornecimento De Combustível, Destinados Aos Veículos Em Transito (Tucuruí/Tailândia/Belém E Tucuruí/Goianésia/Jacundá/Marabá) De Propriedade Da Prefeitura E Secretaria Municipal De Saúde.

O pedido foi instruído com a solicitação de revisão de valores, notas fiscais e cópia da minuta dos contratos. Pedido não numerado.

**PRELIMINAR DE OPINIÃO**

Antes de se adentrar ao mérito do presente parecer, ressalto que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n. 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

Desta forma, para confecção do presente instrumento, deve ser observada a isenção do profissional e o seu caráter opinativo em questões de oportunidade e conveniência contratual (Art. 2º, §



**ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ  
PROCURADORIA JURÍDICA**

---

3º da Lei referida), corroborado este entendimento pela liberdade administrativa do responsável, gestor, já que este poderá ou não seguir a opinião técnica segundo sua conformidade e finalidade.

Reitera-se a liberdade de opinião do profissional, conforme o entendimento jurisprudencial que segue, assim como a desvinculação do profissional à opinião, cabendo ao gestor sua vinculação ou não, conforme sua conveniência.

O presente parecer, por essência, é um instrumento de opinião não passível de vinculação à decisão da administração pública, assim entende a jurisprudência:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. ADVOGADO PARECERISTA. SUPOSTO CRIME EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ART. 89, CAPUT, DA LEI 8.666/93. PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA D EINDICAÇÃO DO DOLO NA CONDUITA DO CAUSÍDICO. ORDEM QUE DEVE SER CONCEDIDA. 1. Não se pode deixar de considerar que sendo o ato do parecerista um ato opinativo, a manifestação jurídica não se constitui como ato administrativo em si, podendo apenas ser usada como elemento de fundamentação de um ato administrativo posteriormente praticado. 2. Precedente: STF - MS 24.631-6 - DISTRITO FEDERAL - Relator (a): Min. Joaquim Barbosa - Julgamento: 09/08/2007 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno - Publicação: DJ 01-02-2008.*

O objeto do presente parecer encerra o exame dos atos realizados no procedimento interno de apuração do presente aditivo de contrato para devida análise quanto aos eventos ocorridos, é realizada a presente análise sobre os elementos ou requisitos estritamente jurídicos dos autos. Assim, excluindo-se os elementos técnicos e econômicos, que deverão ser analisados posteriormente pelos setores responsáveis, tais como: financeiro, contábil e de controladoria.

Neste sentido cabe a ressalva técnica que ao gestor público é livre a condução da Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Sem desclassificar a presente peça como opinião técnica quanto à regularidade legal do procedimento, desvinculadas das finalidades que os justificam e



**ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ  
PROCURADORIA JURÍDICA**

---

tendo por base o próprio procedimento, incluso as declarações, autorizações, determinações e demais atos nele presentes. Cabendo ao gestor proceder aos demais atos conforme sua conveniência.

### **ANÁLISE JURÍDICA**

É imperioso, nesta análise, traçar importante distinção entre três figuras, deixando claro o efeito que cada uma delas produz no mundo dos fatos, quais sejam: **1) revisão (também chamada de repactuação, recomposição, ou realinhamento); 2) reajuste; e 3) atualização financeira.** A primeira provoca uma real modificação na prestação; o reajuste, por sua vez, adota critério de indexação, isto é, são previstos nos editais índices específicos ou setoriais. Já a atualização financeira diz respeito a uma alteração meramente nominal de valores, destinada a compensar os efeitos inflacionários. Tanto o reajuste quanto a atualização financeira são modalidades que têm como causa a inflação.

No caso em tela verificamos que se trata de alteração contratual baseada no art. 65, II, “d” da Lei 8.666/93, posto que se trata de REALINHAMENTO DE VALORES contratuais para que seja mantido o equilíbrio econômico financeiro do contrato em virtude de fatos imprevisíveis de consequências diretas sobre o contrato.

A Teoria da Imprevisão autoriza a modificação das cláusulas inicialmente pactuadas em vista de fatos supervenientes e imprevisíveis, capazes de impedir ou dificultar o cumprimento do ajuste nos termos inicialmente fixados.

A conjugação do expediente apresentado pela empresa e documentos acostados, verifica-se tratar-se apenas de Revisão contratual, permitindo concluir que as demais condições inicialmente pactuadas permanecem as mesmas, devendo ser explicitamente inserido em cláusula contratual da minuta apresentada, para que seja prestigiado o princípio da economicidade afeto à Administração, restando prejudicada uma análise mais detida em virtude da minuta contratual não estar anexa aos autos.

Destaco ainda, que a demonstração dos valores novos apresentados deve ser apresentada e analisada por setor contábil competente, para verificação dos percentuais e sua adequação aos aumentos de mercado, para que a vantajosidade da contratação seja mantida e afastada a possibilidade de superfaturamento de preços.

Após, finalizadas as praxes administrativas, o extrato resumido do termo aditivo deve ser publicado na Imprensa Oficial, a fim de que alcance, à luz do que preveem o art. 26 combinado com o 61 da Lei 8666/93, eficácia legal.



**ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ  
PROCURADORIA JURÍDICA**

---

Compulsando o processo verifico que a despesa que assegurará a celebração do novo termo aditivo ainda não fora prevista consoante despacho do setor competente, devendo ser acostado aos autos, apresentando a dotação orçamentária correspondente.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, à vista das considerações precedentemente feitas, à luz da Lei nº 8.666/93, analisando os documentos acostados, entende-se que, haverá possibilidade jurídica de aditamento do contrato. Deixando registrado a avaliação da conveniência e oportunidade é de competência exclusiva do gestor municipal, que deve ponderar sobre a vantajosidade ou não da pretendida adesão.

Este é o parecer, S.M.J.

Tucuruí-PA, 04 de novembro de 2021.

**ERIKA RAIOL DE MIRANDA**

Procuradora Municipal

Portaria nº 024/2021 - GP

OAB/PA nº 16.464